

PROGRAMA EIXOS TEMÁTICOS USP EM PAUTA – PROETUSP

RELATO DOS SEMINÁRIOS APRESENTADOS ENTRE 30/08 E 01/09/2022

RELATORES

Eixos Economia, Saúde e Indústria.

Marcia Itani (IEA) e Marcela Barbosa de Moraes (IEA)

Eixos Democracia, Educação, Cultura e Artes e Combate às Desigualdades

Fabio Manente (FSP) e Marta Arantes Godoy (PSP)

Eixos Agricultura e Pecuária, Cidades, Energia e Meio Ambiente

Lara Valente de Macedo (IEA) e Oswaldo Sanches Junior (IPT e IEA)

EIXO DEMOCRACIA – PROF. CÍCERO ROMÃO ARAÚJO

Os problemas que atingem a democracia são amplos e possuem fatores diversificados, assim como precisam ser as soluções. O Eixo Democracia identifica uma corrosão no sistema democrático brasileiro, que precisa ser compreendida para poder avançar. Concentra-se em duas grandes vertentes: fragilidade institucional e crise societária. O esclarecimento de cada uma torna possível a leitura clara e ampliada do momento vivido que requer propostas e caminhos para contornar as linhas identificadas. Por elas permeiam temas transversais que as espelham e são campos de observação e debate: educação, saúde, espaço urbano, violência e segurança pública e produção e distribuição da riqueza. Os problemas graves na vida social e a crise das instituições são questões comuns.

Ao se aproximar da fragilidade institucional, constata-se o enfraquecimento da Constituição Federal de 1988 dado pelo distanciamento de pautas sociais, trabalhistas e orçamentárias, bases para a cidadania, que vêm sendo dissolvidas. Cabe lembrar que sua promulgação foi resultado de processo amplo do momento que a antecedeu, repleto de avanços sociais não constantes anteriormente. Entretanto, desde seu início, esforços contrários insistem em seu desmantelamento. A atual gestão de governo agravou a degradação que já vinha ocorrendo com pautas; entretanto, é anterior a ele.

Em paralelo, a competição político partidária se aproximou muito do poder econômico privado e dos poderes burocráticos do Estado. Essa aproximação é mais um fator de degradação institucional, com desvio de sua função primordial de serviço à sociedade, fazendo a classe política cair em descrédito. O interesse privado de grupos sobressai ao público e consegue se impor em qualquer corrente política que vença o processo eleitoral. Ao exercer o combate a esses interesses, os poderes burocráticos do Estado acabaram por abusar dos instrumentos e instituições jurídicas, tornando sua intervenção em forma de facção, dando vazão ao sentimento de ódio a partidos e à política democrática. Uma relação desviada que, ao gerar descrédito, acaba por enfraquecer o sentido da democracia.

O político profissional se distanciou dos eleitores visando sua autopropetuação e utilização do cargo para tais trocas privadas e públicas, degradando sua função. Esse modelo acontece em quase todas as outras democracias, mas no Brasil chegou a estágio alto. A intervenção do capital privado na competição política em busca de privilégios dos fundos públicos fez perder a legitimidade do voto. A dinâmica de acordos do governo com as bancadas majoritárias do Congresso é fator de corrosão da democracia, sem solução com novas eleições, pela manutenção dessas relações no Congresso brasileiro.

A tendência de erosão da democracia por força das relações citadas acontece no Brasil e lá fora. Tem sido objeto de estudo da comunidade científica em geral, o que inclui a USP. Destacam-se os dados do *International Institute for Democracy and Electoral Assistance* (IIDEA), que revelam declínio global nos padrões democráticos nos últimos 10 anos pela primeira vez desde 1975. O que não ameniza o problema brasileiro, com bases históricas de privilégios e dissociação da classe política com questões sociais primordiais. No período recente, os programas dos governos que se alternaram no poder conseguiram de alguma forma ocultar o mau uso da representação política. A atual gestão, objetivando sua permanência, fez alianças com bancadas majoritárias do Congresso, que são desprovidas de programas e envergadura para limitar o acesso privado aos fundos públicos consolidando a degradação. Esse cenário pode continuar mesmo após a mudança dos parlamentares com as eleições.

Outro campo de análise é o da crise societária atual, que vem de longa estagnação econômica anterior, realçada pela recente pandemia. Pioraram os indicadores sociais brasileiros, que historicamente não são favoráveis. Deverão ser enfrentados no próximo período político os temas que se agravaram, quais sejam, as desigualdades sociais e raciais - que são estruturais -, o alto índice de miséria e o desemprego. São problemas antigos que se agravaram e fazem perder a esperança na classe política, caso não sejam tratados e evidenciam a possibilidade de se agravarem ainda mais.

A população descrente da classe política torna-se frágil e sujeita ao discurso autoritário, de fácil coação, por encontrar nele possibilidade de solução pela força. Assim, se desencadeia o autoritarismo social, que surge com violência e brutalidade. Existe, assim, o risco do Estado se tornar multiplicador da violência e da ilegalidade através da força policial, que o representa, e tenta, com violência, combater a violência fruto da desagregação e disparates sociais.

As propostas de agenda para a questão da democracia no Brasil, face ao apresentado, distinguem-se também em duas vertentes.

1. A primeira, quanto à fragilidade institucional, foca em repensar o sistema de representação para que o voto seja efetivo, e o político vinculado ao eleitor possa conferir maior sentido de participar da votação, com acompanhamento da atuação dos representantes. Encontrar meio transparente de financiamento das campanhas para que não interfiram nas decisões dos parlamentares, pois esses ficam sujeitos a realizar favores aos seus patrocinadores quando eleitos, sendo que os benefícios para os privados são feitos com recursos públicos através de projetos e legislações. Para conter a atuação de governo controlado por grupos que ameaçam destruir a democracia, é importante restaurar a autoridade da Constituição de 1988, contra interpretações sem verdade, e afinar alguns artigos para que não estejam sujeitos a interpretações distorcidas e diferentes da proposta original. As distorções vividas são exemplo da fragilidade de partes do texto constitucional, que acaba por ficar sob ameaça.
2. Para a segunda vertente, crise societária, propõe-se tornar o Estado promotor de efetivas políticas públicas nos campos da saúde pública, habitação, infraestrutura, ciência e indústria. E também retomar o diálogo com a sociedade civil, aquela já alinhada às práticas coletivas do fazer política ampla, com os movimentos sociais, com as diversas esferas do organismo social.

A degradação da democracia despertou a mobilização da Universidade, através da Carta à Democracia gerida pela Faculdade de Direito da USP e apresentada em ato público no Largo São Francisco em 11 de

agosto de 2022, para movimentos, associações e sociedade de caráter divergente em diversos aspectos, mas que têm em comum prestar apoio a dois documentos que transmitem a expectativa de dias melhores para todos. Parece ter sido um caminho possível, que encontra no espaço urbano manifestação para novas alianças a favor da democracia. O exercício de utilizar a rua como manifestação favorece a projeção dos movimentos a favor do avanço; entretanto, deve-se considerar que o discurso de ódio também tem vez nos espaços públicos. Assim, o movimento a favor da democracia precisa ter grande percepção e sensibilidade, para atuar com possibilidade de avanço.

Fragilidade institucional e crise societária, ao serem estudadas pelo Eixo Democracia, leva ao entendimento da distância de um período de conforto e a proximidade de uma situação de confronto, de viés prejudicial à população em geral, onde o capital financeiro sempre se encontra confortável com seus problemas.

A revisão institucional e social sugeridas dificilmente virão da representação política como a que está atuando, mas sim da civil, que deverá se fazer representar e trabalhar diligentemente, para ter alguma possibilidade de fortalecer a enfraquecida democracia brasileira.

EIXO EDUCAÇÃO - PROF. MARCOS GARCIA NEIRA

Ao considerar Educação um processo amplo, o eixo dedica sua atenção ao sistema de nível básico, que se refere à pré-escola, ensino fundamental e ensino médio, mas não contempla, por hora, o nível superior. É destacado que o panorama do mundo atual, que repercute em qualquer estudo, exerce pressão também na escola básica objeto do estudo, qual seja: neoliberal, globalizado, multicultural, desigual e com meio ambiente em grave crise. A combinação desses fatores permeia as propostas de adequação da escola para atender às demandas presentes. Para entender a situação da escola básica hoje, o estudo se dedica a realizar o que ocorreu no passado recente, de como as estruturas de ensino responderam aos momentos vividos e quais os parâmetros para sua atual readequação.

Nos últimos 50 anos constatou-se haver democratização no acesso à educação formal. Ao comparar os índices desse período, a evasão escolar diminuiu, o que é positivo, resultado de muitos esforços nesse sentido. Atualmente, ingressa na escola um número menor de pessoas em relação àquele período. Entretanto, a permanência é maior, o que leva a concluir que a escola chega à população, e que se tornou democrática quanto ao ingresso no ensino básico, configurando uma situação melhor.

Importa analisar a mudança da função da escola na história recente. De maneira ampla, passou-se daquela que visava cultivar e preservar o conhecimento de determinada elite social com seus valores para a que foca a formação profissional, como uma grande agência para a inserção no mercado de trabalho. Esse momento da profissionalização, em período de consolidação da fase industrial e ampliação do setor de serviços, moldava a pessoa à demanda de uma época.

Nos últimos 30 anos a escola se consolida como formadora do indivíduo para a cidadania plena - a que considera a pessoa livre, consciente e participativa na sociedade, o que difere muito dos estágios anteriores de educação sistematizada. As ideias hoje presentes no sistema de educação vêm da Constituição de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional de 1996, como resultado do processo de ampliação do ensino. A linha do tempo com as alterações da função da escola, como produtora de conhecimento elitizado, passando pela profissionalização até a cidadã, permite entender qual resposta forneceu à sociedade nas suas alterações. Cidadania plena leva à democracia pelo conhecimento de direitos e deveres que o indivíduo conquista para a vida em sociedade.

A escola atual que conta com transformações de paradigma e empenho para manter as pessoas é melhor do que o que foi anteriormente, porém não acontece como deveria e de acordo com os direitos da população. Existe uma precariedade que passa pela baixa remuneração de professores, condições de infraestrutura gerais abaixo do esperado e processos pedagógicos que precisam ser revistos. Essas

fragilidades comprometem o bom funcionamento da educação que, por um lado, conseguiu ter maior acesso e atualizar sua função, e, por outro, os processos internos e de estrutura ainda são precários e requerem revisão.

Ainda persiste a mentalidade que a escola deva padronizar o indivíduo e o que se espera dele, como se todos fossem iguais sem observância das particularidades, modelo este da primeira metade do século XX que ainda não está superado. A atualização das funções da escola para a da cidadania plena está abalada pelas políticas públicas vigentes acentuada pela redução da visão de pessoa padronizada.

O desafio apontado pelo Eixo Educação, de construir uma sociedade menos injusta com a participação da escola, requer o reconhecimento e formação do cidadão não homogêneo. Ainda se pensa no indivíduo idealizado e adaptado a formas pré-determinadas, o que empobrece as capacidades individuais. A escola recebe todos, o que é relevante e importante; entretanto, não contribui para a justiça social e a democracia.

Destaca-se três noções a serem aprofundadas para ampliar o entendimento da atuação da escola que requer transformações: diferença, currículo e conhecimento.

- I. Entender a diferença como resultado de produção discursiva e construção cultural, que inclui relações de poder a serem consideradas e superadas. A escola recebe todos, mas não os reconhece enquanto identidade cultural diferente.
- II. Currículo também se refere às experiências vividas e aos processos ocorridos na escola, que, ao se acumularem, resultam na formação do sujeito. Está além da grade curricular e do controle que esta representa. O que acontece na escola interfere na formação das pessoas, pela prática vivida. A escola as seleciona e o acúmulo de vivências passa a pertencer ao currículo das experiências na visão mais recente. A sociedade menos injusta precisa ser experimentada na escola para passar a pertencer ao cidadão. Ao reproduzir injustiças essas passarão a pertencer ao currículo, o que não é desejado. A dificuldade nesse exercício é grande, e dentre os fatores estão as experiências que as pessoas levam e reproduzem na escola e acabam por não as considerar como prática de aprendizado.
- III. Conhecimento é resultado de encontro e de saberes produzidos além da comunidade científica. A escola considera conhecimento o conteúdo desenvolvido pela grade curricular; ocorre que este é também mediado por relações de poder quando determinados temas entram por interesse de grupos que desejam afirmar determinada realidade como verdade, sem necessariamente pertencer à demanda da comunidade escolar. O currículo é inventado e reproduzido muitas vezes sem reflexão como forma de conhecimento, e precisa ser constantemente questionado e revisado.

As proposições que podem se tornar políticas públicas para qualificar a Educação, considerando-se as problemáticas apontadas, são:

1. Valorização da professora, do professor e da docência. Valorizar a pessoa através de melhor remuneração para que tenha melhor condição de vida e permitir o processo de constante qualificação e crescimento pessoal através da interação com a cultura. Uma forma é integrá-lo ao patrimônio cultural, para que pertença a ele e tenha valorizada sua atuação pelo conjunto social e por ele mesmo. Valorizar a docência pois tem sido nacional e internacionalmente desacreditada, resultando no abandono da profissão pelo constante descrédito a ela concedido.
2. Melhorar a infraestrutura. Condições físicas e estruturais dos estabelecimentos são indispensáveis. De maneira geral, metade das escolas brasileiras tem precariedade de biblioteca, acesso a internet, água, esgoto e demais condição referentes às suas instalações o

que reflete diretamente na qualidade e agilidade do ensino e interação a meios pedagógicos mais avançados alinhados ao atual desenvolvimento tecnológico.

3. Implantar políticas curriculares inclusivas. Incluir na política curricular o diálogo com os conhecimentos anteriormente adquiridos. Buscar novas representações.

Considerar que a educação básica inclui crianças, jovens, adultos e idosos que estão em sua busca e precisa ensinar e ler o mundo e nele intervir. Desenvolver a capacidade de leitura da realidade que permita intervir de maneira positiva. A cultura que cada estudante carrega a partir de suas origens e a troca entre elas para um cidadão plural é base para a educação, pois o conhecimento acontece no encontro que deve ser valorizado sem enquadramento em formas padronizadas. Ainda se pensa a Educação pelo ponto de vista do indivíduo único, o que aponta contradição a ser vencida para avançar em educação básica. Os modelos anteriormente pensados de ensino para poucos ainda mantêm a lógica; entretanto, com escala ampliada. A escola atual deve conduzir a interação e produção de cultura a partir das diferenças para se tornar menos injusta. O diálogo da escola com o momento vivido para poder interferir, o entendimento da cultura, modos de vida e o respeito à origem individual são base para educação hoje.

A realidade multicultural brasileira ainda não está representada na escola, e precisa passar a estar para a construção de novos significados. Educação, cidadania e democracia estão juntas.

EIXO CULTURA E ARTES - PROF. MARTIN GROSSMAN

A abordagem do eixo Cultura e Artes também se deu por grupo de trabalho altamente qualificado, de perfis muito distintos, de olhar plural, assim como o todo do seminário USP Eixos Temáticos em Pauta, investindo na interdisciplinaridade e entendendo esse binômio de modo ampliativo.

Discutindo os problemas atuais e imaginando futuros possíveis, observa-se que a cultura e as artes têm papel fundamental na consolidação democrática do país e no enfrentamento de questões urgentes, possuindo como nexos o descentramento, a interculturalidade e a participação coletiva.

Retomando o conceito de cultura como uma das muitas formas de organizar o social, é ressaltado que qualquer transformação que se deseja operar implica levar em consideração as bases culturais da sociedade. Ou, como propõe Stuart Hall, são as práticas vividas que capacitam uma sociedade, grupo ou classe a experimentar, definir, interpretar e dar sentido às suas condições de existência.

O potencial emancipatório da cultura e das artes se destaca como elemento a ser estimulado nas relações sociais, que deve ser qualificado pelo fomento a valores civilizatórios e democráticos, expandindo os limites do imaginário coletivo e vislumbrando possíveis futuros. Nesse sentido, deve operar com criatividade, labilidade, crítica e experimentação, que são as suas bases, para o enfrentamento das questões urgentes e para a consolidação democrática do país.

Cultura é complexidade, e as dinâmicas culturais contemporâneas são fruto da efervescência de práticas alavancadas por diferentes grupos, vinculadas a questões de gênero, raça, etnias, classe, território, cosmologias, dentre tantas outras. É espaço conflituoso em que a invenção coletiva de valores, símbolos, comportamentos e ideias evidencia a multiplicidade de sentidos e a disputa em torno de pautas e epistemologias diversas.

Assim, o entendimento de cultura não se conforma mais a um conceito central, restrito, linear, hegemônico, singular, único, e menos ainda estabelece uma relação exclusiva entre arte e cultura. Cultura é complexa e também do campo da poética, com as dúvidas, inquietações, estranhamentos, questionamentos que ela provoca, seja na teoria ou na prática, e extrapola essa dependência ou exclusividade, procurando repensá-la a partir de um viés mais crítico, plural, ampliativo, democrático, participativo, descentralizado, topológico e mutante.

Na conjuntura, a esfera da cultura é compreendida em tensionamento dentro das dinâmicas socioculturais, tecnológicas, geopolíticas e econômicas contemporâneas. Configura-se, portanto, em campo, interface, em constante transformação, em processo, resultante da invenção coletiva e interativa de ações, expressões, valores, símbolos, comportamentos e ideias, promovendo a multiplicidade de sentidos e a disputa na arena pública em torno de pautas diversas. A interculturalidade, as artes, a ciência e outros saberes exercem na contemporaneidade papel fundamental na consolidação democrática e no enfrentamento de questões urgentes locais, nacionais e planetárias. Muitos são os desafios, como claramente exposto nos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, que fazem um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima, e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade.

As bases culturais de uma sociedade são determinantes para formulação de qualquer transformação que se deseja operar. Nesse contexto, as políticas públicas e suas ações devem, prioritariamente, priorizar o plural, o coletivo e as redes.

A complexidade cultural também se relaciona aos rumos traçados pelas tecnologias, não só as computacionais, que são dominantes, mas aquelas, tantas outras, desenvolvidas por outras etnias, cosmologias, como em outros contextos, territórios e dinâmicas socioculturais. A menção às redes evoca a figuração da internet, idealizada para conectar todos a tudo - foi um projeto utópico. No entanto, passadas algumas décadas de sua criação, é urgente atuar criticamente frente às dinâmicas de sua privatização e concentração por grandes aglomerados. A construção, atualização e manutenção de redes - não só a internet -, verdadeiramente distribuídas e democráticas, em contraposição às formas que atuam segundo o paradigma centro-periferia, está na ordem do dia para as ações tecnopolíticas na cultura e nas artes.

Frente à dominância das redes centralizadas, das estruturas de governo, gestão e de apropriação do comum, do coletivo, é fundamental que sejam propostos novos paradigmas. O descentramento, incorporando a lógica das redes distribuídas, que germinam ramificações entre coexistências, é uma condição chave nesse processo. Sensibilidade espaço-temporal e atuação simultaneamente sistêmica e situada são características dessas redes complexas, que se pode imaginar como rizomas do comum, do coletivo, necessariamente interculturais e participativas.

Em mais um nexos, o adensamento do processo de democratização está interconectado à participação, cada vez maior e mais ativa, da sociedade na arena pública e na tomada de decisões. Não se trata de simples consulta e de criação de conselhos consultivos, mas de conselhos deliberativos, de efetiva tomada de decisão – é fazer com, e não fazer para.

Atacar as estruturas de exclusão exige que os beneficiários das políticas públicas se tornem sujeitos e não simples objetos da ação pública. A cultura e as artes têm papel fundamental para que tal perspectiva se consolide. É preciso assumir que a cultura é flexível e será sempre um campo de incertezas, está em permanente construção pela prática coletiva de seus membros, configurando-se em esfera de conflito, performativa, interativa, que promove a experiência do diverso, a capacidade de afetar e ser afetado, o que se produz pela negociação e com as diferenças, a invenção de outros formatos de agenciamento produzidos pela expansão das vozes, dos desejos e das demandas.

Uma questão central para a ação no campo da cultura é, portanto, a restauração e a ampliação das instâncias de participação e de incentivo aos processos coletivos, extintos ou enfraquecidos, fortalecendo sua institucionalidade.

Igualmente importante é investir na estruturação de arquiteturas de encontro – a Universidade é uma arquitetura de encontro, ou deveria ser – e de diálogo intercultural, que permitam aos diferentes sentidos, que produzem sujeitos e grupos, espaços de circulação e disputa na arena pública.

Como indicativos para políticas, programas e ações, merecem destaque a diversidade cultural, o fazer coletivo, a troca de saberes, a ampliação da esfera do ser e o incentivo à formação de redes, como elementos orientadores da agenda a ser proposta.

Alguns indicativos para políticas, programas e ações, pensados de maneira integrada, estruturam o desenho inicialmente apresentado, de maneira a abarcar a cultura em sua complexidade, tendo por base os nexos descentramento, interculturalidade e participação, já destacados.

Sinteticamente, são propostos indicativos para as políticas públicas, programas e ações, em cada uma de suas dimensões:

1. Dimensão econômica: i) financiamento, sustentabilidade e renda; ii) fortalecimento de Fundos de Cultura, sejam eles municipais, estaduais ou federais; e iii) diversificação das fontes de financiamento, que podem ser públicas, privadas ou público-privadas.
2. Infraestrutura de equipamentos culturais – um grande desafio: i) ampliação e qualificação; ii) distribuição territorial, pensando cidades, regiões, estados; iii) gestão compartilhada entre comunidades e poder público; iv) editais de gestão – incentivar o empreendedorismo na cultura.
3. Gestão administrativa: i) Secretarias de Cultura, Planos de Cultura, construção coletiva e pela volta do Ministério da Cultura; ii) instâncias de participação social, com fortalecimento dos espaços e dos processos de gestão, de cogestão e de participação social; iii) marcos legais em todas as instâncias, em todos os níveis; iv) Informação e indicadores culturais, como forma de monitoramento com, por exemplo, parcerias público-privadas; v) formação e qualificação dos agentes, gestão cultural, compreensão da complexidade do campo e não apenas formação administrativa, ampliar e repensar a formação universitária e técnica, que é papel da universidade.
4. Formação cultural e artística: i) estímulo à criatividade, ao cultivo e à invenção; ii) incentivo à diversidade cultural e artística, valorizar e promover a produção das culturas populares e das manifestações indígenas e quilombolas, por exemplo; iii) formação nas diferentes linguagens artísticas; iv) Escolas de Artes em diferentes níveis – distribuição territorial; v) considerar o contexto da formação; vi) Educação & Artes de maneira inseparável; vii) fruição em sentido multidimensional e multissensorial.
5. Patrimônio e memória: i) reconhecimento e salvaguarda: multiplicidade, campo em tensionamento; ii) acervos e bens culturais; iii) dispositivos – gestão compartilhada.
6. Fomento à cultura em sua diversidade: i) valorizar e estimular diferentes manifestações artísticas, sua circulação e fruição; ii) intercâmbios e interfaces entre redes.
7. Inovação científica e tecnológica como valor estratégico para a cultura: i) ampliar o uso e o acesso; ii) considerar o fomento de outras tecnologias, sejam as comunitárias, sociais e até culturais.

Por fim, é fortemente destacada a preocupação de fundo do Programa Eixos Temáticos, que são as políticas de Estado, algo que a Universidade de São Paulo não tem, a princípio, assim como o país e o município, para o quê as discussões interdisciplinares no âmbito do Programa podem não só auxiliar, mas induzir nessa direção, de forma importante e valiosa.

Adicionalmente, destaca-se que o estreitamento das relações entre Universidade e sociedade buscada pelo Programa Eixos Temáticos deve ser compreendida como via de mão dupla. Em outras palavras, que as reflexões e propostas endereçadas à sociedade interpelem também a universidade, usando as discussões interdisciplinares do Programa Eixos Temáticos para repensar as questões da sociedade e da Universidade.

EIXO COMBATE À DESIGUALDADE – PROF. VLADMIR SAFATLE

Nesse momento tão importante por que passa o país, o tema Combate à Desigualdade foi discutido no âmbito do USP Eixos Temáticos em Pauta por um grupo de trabalho formado por membros de diversas especialidades do conhecimento. Essa composição ressalta a importância da expressão de uma inteligência

coletiva, assegurando a transversalidade necessária à abordagem desse tema tão fundamental, como introduzido por Vladimir Safatle, docente da FFLCH e um dos coordenadores do eixo Desigualdade.

Diante da atual conjuntura, o problema da desigualdade perpassa por diversas áreas e atinge diversos segmentos da sociedade, merecendo assim um diagnóstico abrangente e multifacetado, além de linhas de ação que abracem os problemas vislumbrados, de grande complexidade. As discussões passam por problemas bastante específicos sendo, no entanto, profundamente conectados.

Nesse sentido, são propostos cinco eixos de reflexão envolvendo a questão da desigualdade no Brasil: a econômica, a regional, de gênero, de raça e a epistêmica. Em cada um deles, são destacadas questões trabalhadas sob a perspectiva da definição de linhas propositivas.

Vários esforços acadêmicos têm sido desenvolvidos para pensar as dinâmicas de conexão entre esses múltiplos campos, desde o pensamento estrutural até as discussões sobre interseccionalidade. Surge a percepção da necessidade de se focar em pontos centrais, tendo em vista o caráter limitado das forças acadêmicas por si só, apesar de desenvolverem um trabalho coletivo e transversal. Tendo em vista o enraizamento dos problemas ligados à desigualdade na estrutura de nossa sociedade, há que se envidar esforços para diminuir a sensibilidade social frente a certos tipos de problema, bem como diante da visão estrutural de naturezas diversas.

Na linha da desigualdade econômica, merece destaque a variação do Índice Gini, comumente utilizado para medir a desigualdade onde, quanto menor o índice, melhor será a distribuição de renda e menor a desigualdade. Nesse sentido, foi enfatizada a incômoda posição histórica do Brasil, presente há tempos entre um dos dez países mais desiguais do mundo. Entretanto, frente às políticas de transferência de renda desenvolvidas no recente período da pandemia, aconteceu um fato bastante singular no país - o índice Gini de 2019, que era de 53,5, cai para 48,9 em 2020, o menor índice desde 1981, dando a impressão de que estamos constantemente no combate contra a desigualdade. Isso mostra a importância da transferência direta de renda produzida no interior das políticas contra a pandemia e aquela relacionada à dinâmica estrutural de concentração.

Outro dado bastante ilustrativo e significativo a ser ressaltado quanto à desigualdade econômica é o percentual de riqueza, onde o 1% mais rico do Brasil em 2000 detinha 44,2% da riqueza nacional; em 2010 esse número cai para 40,5%; e em 2020 esse índice sobe para 49,5%. Para efeito de comparação do que significa esse patamar, nos EUA o 1% mais rico do país detinha, em 2020, 35% da riqueza nacional; ou seja, há muita concentração de renda no Brasil, e várias implicações sociais. Essa curva ascendente significa ritmos distintos entre vida e morte, implicando em grandes desigualdades nos níveis de expectativa de vida, por exemplo, entre bairros do município de São Paulo. Enquanto em Alto de Pinheiros a expectativa de vida é de 80,9 anos, em Guaianases esse índice é de 58,3 anos, indo além das diferenças apenas com a saúde básica.

Com relação à desigualdade regional, essa deve-se ao processo estruturante desigual da sociedade brasileira em seu desenvolvimento histórico desde o período colonial. E, a modernização, ao processo de concentração regional do seu desenvolvimento industrial, com todas as consequências que esse movimento gerou. Um bom indicador para essa dimensão da desigualdade é, dentre outros, novamente a expectativa de vida, como referência regional. Nesse quesito, ressalta-se a expressiva diferença, por exemplo, entre o estado de Santa Catarina onde a expectativa de vida é de 79,4 anos, e o estado do Maranhão, onde esse patamar não ultrapassa 70,9 anos.

Quanto à desigualdade de gênero, a matriz patriarcal como elemento constituinte de nossa sociedade é ressaltada, bem como a consciência da organização das dinâmicas de poder e autoridade em relação à violência, à degradação econômica e também ao reconhecimento social de setores mais vulneráveis, e que vem, inclusive, de ambientes como o das nossas universidades. Salienta-se, assim, a violência recorrente

sofrida por certos setores, em especial o composto pelas mulheres, cuja vulnerabilidade as coloca, frequentemente, em destaque.

No que diz respeito à desigualdade de raça, antes de entender a sociedade constituída como tal, é necessário entendê-la como resultado de *um experimento econômico baseado no latifúndio escravagista, primário e exportador*, como apontado por Celso Furtado, ressaltando-se o papel da memória e da tradição de como nossa sociedade foi desenvolvida, como também mencionado por outros autores clássicos. A dimensão dessa realidade histórica é representada pelo universo de escravizados que aportaram nas Américas, à proporção de 30%, conformando um setor que cai à condição de coisa, de mercadoria, um setor que não tem direito a um Estado protetor, que tem no seu encaixo um Estado predador que se utiliza de sua estrutura e violência para conseguir preservar as dinâmicas de espoliação e de desigualdade.

Por fim, com relação à desigualdade epistêmica, um setor fundamental para o qual nossa universidade pode fornecer e contribuir com políticas consistentes, na verdade reflete a experiência colonial de países como o nosso, onde as diferenças se estabelecem como subalternidade, com o selo da desqualificação de saberes, assim colocados como folclore, sem o selo de estatuto técnico e tecnológico, vistos como expressões do atraso de elementos das potencialidades do passado, e, assim, sem perspectivas e sem potencialidades para a construção de futuro.

Com isso, apresenta-se duas questões para reflexão: i) os problemas ligados ao reconhecimento da desigualdade social, com a reificação de determinados setores da vida social propiciando sua auto depreciação, produzindo formas de sofrimento psíquico e promovendo a melancolização de setores da vida social, como apontado pelo filósofo francês Frantz Fanon em relação à experiência dos povos colonizados, sabedores de sua condição de serem objeto de violência extrema do poder do Estado, desqualificados em sua singularidade e sob o reconhecimento de sua sujeição e subalternidade; ii) o impacto da desigualdade no ceticismo em relação à democracia, pela degradação do potencial normativo dos valores que organizam a coesão social, expressa na falta de expectativas de realização de justiça social embutida em certos valores, não se realiza para setores majoritários da sociedade, criando então um tipo de cinismo social deletério e nocivo à consolidação da democracia, com todas as suas consequências no que diz respeito, entre outros aspectos, às formas de desengajamento e de violência.

Tendo em vista os problemas identificados em cada eixo, foi apresentado um horizonte propositivo para a busca de soluções no combate à desigualdade.

- I. Que seja instituída uma política de desenvolvimento econômico, de limitação de diferenças diretas de renda, desde diferenças salariais a rendimentos, passando por taxações até políticas explícitas de salários e de partilha do poder, sendo recomendado desenvolver políticas de integração e de paridade de raças, como a de cotas para acesso ao ensino universitário, para se evitar um aumento da fragilidade e uma desarticulação profunda da coesão social que as dinâmicas de espoliação produzem sobre a população;
- II. Que haja uma recomposição das bases de formação da circulação de saberes, repensando a pluralidade de suas matrizes, devendo superar a desigualdade epistêmica e a racionalidade plural, criticada quando pautada na visão estreita do cálculo de meios e fins da tradição ocidental, para que possa proporcionar espaço a outras formas de produção de tecnologia, de produção do saber, de produção de relações e de cosmovisões ontológicas, que é elemento constituinte para consolidação de uma sociedade efetivamente plural e democrática.

Concluindo, observa-se que, para combate às várias formas de desigualdade no país, foram priorizadas linhas de ação indispensáveis à implementação de políticas públicas transversais.

Nesse sentido, propõe-se complementar as ideias do grupo de trabalho ressaltando as ações que a universidade já desenvolve, apesar das atuais restrições orçamentárias. Sem prejuízo de qualquer processo

de revisão, o conjunto das unidades, institutos, órgãos e centros de pesquisa já dispõe das bases e dos instrumentos para a adoção do aprimoramento e de novas políticas públicas, como, por exemplo, aumentar a participação da Universidade nos mais diversos fóruns, conselhos e comissões de órgãos do governo do estado de São Paulo.

Além disso, também se considera altamente recomendável ampliar e difundir conceitos de igualdade, cidadania e direitos humanos no Brasil, nos mais diversos meios de comunicação e nas escolas, já que são sobrepujados cotidianamente e por inúmeras manifestações, públicas ou veladas, em frequentes casos de preconceito racial, feminicídios, ataques de natureza sexual e homofóbica, desrespeito aos vulneráveis, como as pessoas idosas e deficientes físicos, além dos excluídos no estrato social e econômico, lembrando que todos os cidadãos são iguais perante a lei. É tempo de desarmar os ânimos em prol de uma sociedade igualitária.

INTEGRAÇÃO DOS EIXOS DEMOCRACIA, EDUCAÇÃO, CULTURA E ARTES E COMBATE ÀS DESIGUALDADES

Questionamentos finais sobre a integração entre os Eixos foram respondidos com a mesma profundidade e multiplicidade de ideias emanada das palestras.

Diante da provocação de como a USP lida com a diversidade epistêmica, é ressaltada a importância das matrizes construtoras de futuro, modificando radicalmente o processo de circulação de saberes e de produção de fazeres, enquanto que o passado é lembrado pela literatura e experiências curriculares conservadoras, algumas valorizadas enquanto outras esquecidas, requerendo uma ampla análise para inclusão de novos saberes no currículo, a serem analisadas à luz do multiculturalismo.

À indagação sobre se a melhoria na educação diminuiria a desigualdade; se diminuir a desigualdade, daria para melhorar a democracia; e se, com melhor educação, com menos desigualdade, melhor democracia, qual seria o papel da cultura? E como ficam o aumento da desigualdade e a crise na democracia? Diante desse questionamento multifacetado, a cultura pode ser considerada o fio condutor, onde a interculturalidade é um campo de conflito e tensões, mas o conhecimento é plural e vai muito além de um espaço protegido; onde a democracia é o regime que mais escancara os problemas da sociedade, permitindo ampliar horizontes para encaminhar soluções possíveis. Onde a educação, enquanto prática social, a mais revolucionária que existe, se torna fundamental no combate à desigualdade, num grande encontro de culturas, para melhoria da sociedade como um todo. Onde, diante de todos os problemas da sociedade brasileira na atualidade, importa lembrar que a condição fundamental da liberdade é a igualdade, traduzida pela ausência de hierarquia, mas que, entretanto, é elemento fundante da sociedade brasileira. Então, nesse horizonte de risco, é natural que haja uma profunda revolta social, um aumento brutal da desigualdade, levando ao ceticismo em relação à democracia no Brasil, que, até então, nunca teve elementos básicos para que ela pudesse ser afirmada para todos os grupos sociais, de forma igualitária e irrestrita.

As dúvidas e questionamentos que a sociedade brasileira tem colocado em relação à aplicação da justiça, a importância da participação social como resultado de processo de educação, na cultura, no debate para reduzir e combater a desigualdade com desdobramentos no exercício da democracia, procura unir os eixos sob o paradigma da justiça e cidadania. Desafio é capacitar a sociedade para se expressar pelo conjunto, que possa colocar problemas e possibilidades de solução. A democracia cultural contempla o fazer parte, romper a barreira centro - periferia, o buscar a participação constante através do descentramento e da interculturalidade. A sociedade justa não apaga as experiências sociais, que devem ser resgatadas e passarem a circular. A educação se tornou mais justa com a ampliação do acesso, entretanto a dualidade entre sistema privado, de alto valor, e público barato, ainda a torna injusta.

MANIFESTAÇÃO CULTURAL – 31/08/2022

A manifestação cultural trazida pela UNESP remete à ancestralidade e atinge a alma através dos sons do agogô, atabaque, repique, caixa, tamborim, telecoteco e repilique. Representam culturas originais pertencentes à formação da cultura & arte brasileira, que, ao serem apagadas e transformadas, promoveram desigualdades estruturais, mas também identidades. Permitem o encontro com a profundidade humana, que prescinde de expressão, promovida pela democracia acessada pela educação.